



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,
DOS ARQUIVOS E DAS
BIBLIOTECAS

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

**PLANO DE ATIVIDADES
2014**

ABREVIATURAS

AP	Administração Pública
ADL	Arquivo Distrital de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CPF	Centro Português de Fotografia
CRAV	Consulta Real em Ambiente Virtual
DSL	Direção de Serviços do Livro
DSAN	Direção de Serviços de Arquivística e Normalização
DSIAE	Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica
ANTT	O Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
DSB	A Direção de Serviços de Bibliotecas
DSPGI	A Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação
ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo
OE	Orçamento do Estado
MEF	Macroestrutura Funcional
MIT	Meta Informação para a Interoperabilidade
PARAM	Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central do Estado
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RODA	Repositório de Objetos Digitais Autênticos
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
RCBP	Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
ODA	Orientação para a Descrição Arquivística

1. Caracterização do Serviço

1.1. Enquadramento legal.

1. Orgânica e funcionalmente a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa sendo tutelado pelo Secretário de Estado da Cultura.
2. As suas atuais atribuições e orgânica interna foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, que operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), definindo a respetiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada. Através da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, foi fixada a estrutura nuclear da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.
3. Assim, nos termos do PREMAC e em consonância com a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, instituída pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no que respeita aos serviços e organismos da área da cultura, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, resulta da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, sucedendo nas respetivas atribuições, com exceção das atribuições da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas relativas à Biblioteca Pública de Évora.
4. Saliencia-se que os serviços de arquivo da DGLAB possuem à sua guarda cerca de 200km de documentos e, de entre eles, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, herdeiro do Real Arquivo da Coroa Portuguesa, que possui atualmente à sua guarda cerca de 90km de documentos e detém originais desde o Século IX.
5. Como enquadramento legal da atividade, menciona-se, ainda em termos globais, o estabelecido nos diplomas que regem o Regime Geral de Arquivos, decorrendo atualmente um processo detalhado de análise e estudo com vista à sua eventual revisão, cujos trabalhos virão a ser superiormente apresentados.
Dentro do mesmo quadro legal importa também referenciar o enquadramento da atividade dado pelas disposições que regulam o acesso aos documentos administrativos e a proteção dos dados pessoais, bem como as de segurança de matérias classificadas.

6. O enquadramento da atividade assenta ainda hoje num ponto que reputamos de particular relevância na estratégia da DGLAB: o da reorientação estratégica da política arquivística nacional ⁽¹⁾.
7. Da reorientação estratégica promovida no âmbito do Compromisso Eficiência decorre que a DGLAB, a par da atividade voltada para,
 - (i) a responsabilidade de custodiar o património arquivístico e cultural histórico e de facultar o acesso aos documentos, assegurando a consulta presencial ou remota, bem como a sua divulgação e fruição; a responsabilidade na gestão administrativa da AP, no âmbito da modernização administrativa e do governo eletrónico, mediante o desenvolvimento de políticas com vista à sustentabilidade de uma cultura organizacional racional, rigorosa e transparente, essenciais para o funcionamento em pleno das sociedades democráticas, implicando a qualificação dos arquivos ⁽²⁾.
 - (ii) também se constitui, hoje, como organismo responsável pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, pela elaboração e desenvolvimento de programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro, pela promoção do livro e do autor português no estrangeiro, pelo desenvolvimento e consolidação de uma rede de bibliotecas públicas municipais e pela intensificação da difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa.

Por último, é de salientar que os Arquivos, dada a sua natureza, são organizações em permanente crescimento, não só devido à sucessiva incorporação de documentos, em cumprimento da lei, como em face das novas áreas da constituição e gestão de arquivos eletrónicos na Administração Pública, e aos fenómenos do incremento diversificado do número de clientes. Neste sentido, destaca-se que o presente momento de Reforma da Administração Pública, determinando a extinção de organismos e recolha de documentos produzidos por funções do Estado extintas, como os Governos Cívicos, acelera ainda mais esta característica.

1.2. Missão

De acordo com a sua lei orgânica, “A DGLAB tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura”³.

¹ Para uma melhor explicitação desta matéria ver Boletim «Arquivos Nacionais», nº 14, Dezembro de 2005, cujo balanço geral foi também publicado no “Boletim DGARQ”, nº 11, 2009, sob o título: “A DGARQ e a Política Arquivística Nacional”, disponíveis no sítio WEB da DGARQ.

² É também este o sentido para o qual apontam as orientações, tanto do Conselho Internacional de Arquivos, como da Comissão Europeia, à luz das quais se considera inaceitável prolongar uma situação de não envolvimento ou desatenção do sector cultural face aos processos de *produção* e de *gestão* de documentos junto das administrações. Na verdade, uma *política de gestão integrada de arquivos* – gestão contínua do ciclo de vida dos documentos de arquivo – é condição crítica para garantir, de uma forma sustentada, a salvaguarda e o acesso permanente ao património arquivístico; é condição crítica, ainda, para efetivar a transparência da Administração, promover o uso dos direitos de acesso aos documentos da administração, fomentando o desenvolvimento de uma cultura democrática.

³ - Cfr. nº 1 do art.º 2 do Decreto-Lei nº 103/2012, de 16/maio.

1.3. Visão

Fruto do seu posicionamento estratégico no domínio da política arquivística, enquanto entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, e das suas responsabilidades ao nível da execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, a DGLAB assume como visão estratégica constituir-se como organismo de excelência e de referência a nível nacional e internacional, apostando na constante valorização dos seus recursos humanos e na qualidade dos produtos e serviços prestados aos seus clientes.

1.4. Atribuições

Para a concretização da sua missão, a DGLAB é detentora de um leque, hoje mais alargado, de atribuições:

Na área do Livro:

- ✚ Assegurar o desenvolvimento de uma política do livro não escolar e da leitura; promover a leitura, em articulação com os setores públicos e privado; fomentar a criação em todos os domínios da produção literária, através do apoio à criação, à edição, a prémios e a entidades que concorram para o desenvolvimento do setor do livro; estimular a pesquisa e a elaboração de estudos, em particular sobre o mercado do livro e sobre os hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC; elaborar e desenvolver programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro; promover uma reformulação do quadro normativo do setor do livro; planejar e executar a difusão dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro; intensificar a difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros; produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias; representar o setor do livro em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

Na área dos Arquivos:

- ✚ Assegurar a execução e o desenvolvimento da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do património arquivístico e da gestão de arquivos, em qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional; promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação, visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos; superintender técnica e normativamente e realizar ações de auditorias em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido; assegurar a aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política cultural e do regime de proteção e valorização do património cultural, no âmbito do património arquivístico e fotográfico; promover o desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos e facilitar o acesso integrado à informação

arquivística; assegurar, em articulação com as entidades competentes, a cooperação internacional no domínio arquivístico; exercer, em representação do Estado, o direito de preferência em caso de alienação, designadamente em hasta pública ou leilão, de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural do património arquivístico e fotográfico, independentemente da sua classificação ou inventariação; exercer, em representação do Estado, os demais direitos patrimoniais relativos ao acervo de que é depositário; aceitar, em representação do Estado, doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como aceitar dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração de documentos de arquivo; representar o setor dos arquivos em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

Na área das Bibliotecas:

- ✚ Assegurar a execução da política nacional para as bibliotecas públicas, em conformidade com as orientações dos organismos do setor, em articulação com as autarquias, às quais compete a tutela e gestão desses equipamentos; superintender técnica e normativamente as bibliotecas públicas, de acordo com o quadro legislativo para o setor; acompanhar a evolução da sociedade da informação e do conhecimento, promovendo, no setor das bibliotecas públicas, a produção e o acesso a recursos e serviços eletrónicos; promover a qualidade do serviço de biblioteca pública, procedendo, regularmente e em articulação com o GEPAC, à sua avaliação, bem como à elaboração de estudos; promover, em conjunto com outras entidades, a formação dos técnicos de bibliotecas; promover, em colaboração com outras entidades, à reformulação do quadro normativo do setor; representar o setor das bibliotecas em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

1.5. Estrutura organizacional

A DGLAB, enquanto serviço executivo da administração direta do Estado, exerce as suas competências em todo o território nacional e compreende unidades orgânicas geograficamente desconcentradas, encontrando-se organizada internamente de acordo com o modelo de estrutura hierarquizada preconizado na Lei nº 103/2012, de 16/maio.

A estrutura da DGLAB⁴ é constituída pelas seguintes unidades orgânicas **nucleares**:

- ✚ Direção de Serviços do Livro (DSL);
- ✚ Direção de Serviços de Arquivística e Normalização (DSAN);
- ✚ Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica (DSIAE);
- ✚ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT);
- ✚ Centro Português de Fotografia (CPF);
- ✚ Arquivo Distrital do Porto (ADPRT);
- ✚ Direção de Serviços de Bibliotecas (DSB);
- ✚ Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação (DSPGI)

⁴ Aprovada ao abrigo da Portaria nº 192/2012, de 19/junho.

Por Despacho n.º 9339/2012, e de acordo com o limite fixado no artigo 10.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, para o número de unidades orgânicas flexíveis, foi determinada a criação das unidades orgânicas flexíveis seguintes:

1. Divisão de Normalização e Apoio à Administração, integrada na Direção de Serviços de Arquivística e Normalização ⁵.
2. Divisão de Comunicação e Acesso e Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições, integrada no Arquivo Nacional Torre do Tombo ⁶.
3. Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade, integrada na Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação ⁷.
4. Divisão de Disponibilização e Produção de Conteúdos Digitais, na dependência do Diretor Geral da DGLAB.
5. Arquivos de âmbito distrital ⁸, em n.º de 13:
 - a) Arquivo Distrital de Aveiro;
 - b) Arquivo Distrital de Beja;
 - c) Arquivo Distrital de Bragança;
 - d) Arquivo Distrital de Castelo Branco;
 - e) Arquivo Distrital de Évora;
 - f) Arquivo Distrital de Faro;
 - g) Arquivo Distrital da Guarda;
 - h) Arquivo Distrital de Leiria;
 - i) Arquivo Distrital de Santarém;
 - j) Arquivo Distrital de Setúbal;
 - k) Arquivo Distrital de Viana do Castelo;
 - l) Arquivo Distrital de Vila Real;
 - m) Arquivo Distrital de Viseu.

A organização interna da DGLAB é representada pelo organograma que segue em **Anexo I**.

1.6. Meios humanos e materiais

A reorientação da política arquivística, assim como uma redefinição nos apoios à rede de bibliotecas públicas municipais e à criação, edição e leitura, determinando maiores responsabilidades à instituição, exige meios mais adequados, **(i)** quer em recursos humanos especializados, de forma que possam ser impulsionados os novos processos e permitir o desenvolvimento de novas competências, **(ii)** quer em recursos orçamentais, a afetar quer na área do funcionamento, quer no investimento.

⁵ Com as competências previstas no artigo 3.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁶ Com as competências previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁷ Com as competências previstas no artigo 8.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁸ Conforme identificados nas alíneas d) a q) do anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 103/2012, de 16 de maio

1.6.1. Recursos Humanos

Como se vem referenciando nos documentos de estratégia, é crucial para a instituição o problema da **capacitação e especialização dos recursos na área de negócio**, concretamente:

- Nas competências *específicas* à área de Arquivo (anteriormente designados técnicos superiores de arquivo e técnicos profissionais de arquivo). Existem arquivos distritais onde o Diretor é o único profissional de arquivo.
- Nas necessidades de colaboradores **com competências de gestão de arquivos eletrónicos**. Está em causa o incremento das transações eletrónicas na AP e consequentemente a gestão de documentos eletrónicos e a preservação a longo prazo de arquivos digitais.

1.6.2. Recursos Financeiros

Um dos maiores constrangimentos com que esta Direção-Geral se vê confrontada foi a redução progressiva, com exceção do ano de 2013, de verbas para investimento. De facto, as necessidades a contraciclo desta Direção-Geral obrigam-na, em particular na área dos Arquivos, a investimentos constantes em eixos como, por exemplo, a preservação digital e a produção e acessibilização de conteúdos.

Por outro lado, têm existido também constrangimentos constantes nas verbas disponíveis para o funcionamento, determinando a redução de custos de pessoal e de estrutura, que poderão afetar as atividades (adiante identificadas) e rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos para a organização e, consequentemente, as atribuições e competências que lhe são devidas.

Saliente-se que é previsível que a DGLAB venha a necessitar de um ajustamento no orçamento de funcionamento, tendo em consideração a redução, em relação ao proposto, que vieram a sofrer nas rubricas de manutenção e o agravamento quase inevitável destas custas para o conjunto de edifícios em que expande a sua atividade.

Além disso, é também já previsível que, com o orçamento de funcionamento de 2014, não seja possível processar o pagamento integral dos custos de transporte dos livros não escolares para as Regiões Autónomas, a que a DGLAB é obrigada pelo D.L. 43/2006, de 26 de Fevereiro. Para obviar a esta situação, já foi proposta a sua revogação parcial, havendo a expectativa que esta seja obtida durante o ano de 2014.

Sinalizaremos **as áreas** em que o investimento é particularmente sensível para a DGLAB:

Área de Arquivo

- (i) Nos novos projetos decorrentes da execução da Medida 15 da Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de Fevereiro, sobre a Central Eletrónica dos Arquivos do Estado e do tratamento técnico dos extintos

Governos Civis. Qualquer destes projetos, dada a sua envergadura, exige meios humanos e financeiros particularmente avultados:; o primeiro, pois como é referido no Anexo III, foi detetado, através do *Inquérito à situação arquivística do estado em 2012-2013*, mais de cinco mil quilómetros de documentos existentes nas Administrações Central e Local do Estado e no Setor Empresarial do Estado); o segundo, porque, caso se tenha de incorporar, mesmo parcialmente, a documentação dos arquivos dos Governos Civis, essa instalação implicará cerca de 500 000,00 € de estantes e um reforço das competências, assim como a inevitável adaptação de espaços (basta referir que, dada a impossibilidade física do A.D. de Viseu em receber a documentação arquivística do respetivo Governo Civil, esta terá que ser deslocalizada para o A.D de Bragança, até se concretizar para o primeiro um projeto de edifício próprio).

(ii) nas áreas da pesquisa e sedimentação de *soluções da preservação digital*, de comunicações e serviços à distância ao utilizador (CRAV), bem como nas de dotação da rede dos arquivos dependentes em equipamentos informáticos e comunicações. O investimento é indispensável e muito visível para o utilizador externo no Portal Português de Arquivos, estando disponíveis acima de doze milhões de imagens de documentos. As verbas disponíveis para estas áreas em PIDDAC são escassas, enquanto as ***necessidades crescem com a progressiva implantação das transações eletrónicas*** na generalidade da Administração Pública.

Só o investimento garantirá a criação e disponibilização dos instrumentos a tal adequados.

(iii) na área do cumprimento com as responsabilidades de proteção e defesa das infraestruturas construídas que alojam, por todo o país, a documentação e a prestação de serviços. Trata-se da manutenção de **17 edifícios**, disseminados pelo país, alguns classificados, bem como dos *equipamentos base adstritos*, de que salientamos os de climatização, indispensáveis à preservação da documentação em depósito, e dos sistemas de prevenção quer de incêndio, quer de intrusão: existem arquivos onde os sistemas carecem ser substituídos, noutros casos de ser instalados. Além disso, identifica-se também a necessidade de intervenções essenciais decorrentes de infiltrações, ou de outras patologias nas estruturas.

Nesta área tem ainda a DGLAB,

- a. A incumbência da construção total do edifício para o Arquivo Distrital de Viseu, caso haja dotação orçamental. Refere-se que a autarquia disponibilizou terreno adequado, foi elaborado projeto de execução e recentemente a Assembleia da República dirigiu perguntas, por mais que uma vez, à Tutela sobre esta matéria;
- b. O desenvolvimento do processo com destino ou à construção de raiz do Arquivo Distrital de Évora, ou ao aproveitamento de outra infraestrutura já existente (edifício “Palácio Amaral” a desocupar pelo Governo Civil de Évora e PSP, conforme contactos estabelecidos com a Direcção Regional de Cultura do Alentejo e a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna);
- c. A substituição do sistema de extinção de incêndios no edifício da Torre do Tombo, no Campo Grande;

- d. Necessidades de ampliação das áreas de depósitos em vários arquivos, com particular incidência no Arquivo Distrital da Guarda, sendo a de maior dimensão a do Arquivo Distrital do Porto.

Área do Livro

- (iv) Apoio à Divulgação dos Autores no Estrangeiro: o apoio dado a editores estrangeiros tem reflexo direto na economia portuguesa, no âmbito do sector do livro. Os escritores e a literatura portuguesa são hoje um elemento essencial da presença portuguesa no contexto internacional. Devem ser mantidos os programas de fundo, existentes há muitos anos: Programa de Apoio à Tradução, Programa de Apoio à Edição no Brasil, Programa de Apoio à Ilustração Portuguesa no estrangeiro, apoio à deslocação de autores, participação nas Feiras do Livro internacionais, designadamente, Bolonha e Frankfurt, e parcerias internacionais.
- (v) Promoção da Leitura: O Programa Nacional de Promoção da Leitura da DGLAB, existente desde 1997 e que em 2004 sofreu uma inflexão estratégica que veio a ser apoiada pelo Plano Nacional de Leitura a partir de 2006, começa hoje a ver resultados de forma mais clara, já que os últimos estudos (“A Leitura em Portugal”, Observatório das Atividades Culturais, 2007) apontam para um crescimento dos hábitos de leitura dos portugueses relativamente aos resultados do anterior estudo de 1997; também as camadas mais jovens, designadamente os alunos de 15 anos, apresentaram pela primeira vez em 2010 (PISA, OCDE, 2010) uma tendência de subida dos índices de literacia. No entanto, têm ainda desempenhos moderados a nível da literacia em contexto de leitura, colocando-se abaixo dos valores médios dos países da OCDE. Neste projeto, encontram-se Programas como as Itinerâncias de Promoção da Leitura e as Ações de Promoção da Leitura em Estabelecimentos Prisionais, existentes na ex-DGLB desde 1998.

Área das Bibliotecas

- (vi) Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: considera-se indispensável, não só a continuação, como também o reforço, do apoio técnico e financeiro (de acordo com os recursos disponíveis), à instalação e desenvolvimento de serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, garantindo, de acordo com as recomendações para o sector, que o serviço de biblioteca pública cumpra os seus objetivos. Considera-se ainda, atendendo a que muitas das infraestruturas já estão construídas, que a DGLAB deve reforçar a sua atuação na avaliação dos recursos e serviços das bibliotecas por si apoiadas, o que poderá ser um ponto de partida para a necessária reflexão sobre a reformulação do Programa em consonância com a elaboração de legislação que permita, entre outros aspetos, garantir o cumprimento dos contratos-programa celebrados com os municípios e rentabilizar o investimento já realizado pela administração central. A DGLAB não deve limitar a sua atuação ao nível de criação de infraestruturas, pelo que deverá, também através do Portal da Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas (RCBP), dar continuidade ao desenvolvimento de recursos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, possibilitando a divulgação, num único Portal, dos serviços e recursos das bibliotecas da RNBP.

2. Objetivos.

Presentemente, encontra-se à consideração superior uma proposta de QUAR, cujos Objetivos Estratégicos se mantêm idênticos aos de 2013, uma vez que nada justifica uma significativa alteração destes.

Assim:

Objetivos Estratégicos (proposta)	
DESIGNAÇÃO	
OE 1:	Estruturar, valorizar e promover redes e comunidades de arquivos, públicos e privados, enquanto instrumento de accountability, eficiência e eficácia da gestão.
OE 2:	Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem, acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.
OE 3:	Divulgar o livro e o autor português no estrangeiro.
OE 4:	Promover a criação literária e a leitura.
OE 5:	Apoiar a modernização de bibliotecas públicas municipais.
OE 6:	Racionalizar a despesa pública com a generalização das boas práticas de gestão e administração dos recursos humanos, financeiros e materiais.

Quanto aos Objetivos Operacionais, tendo em consideração a imprevisibilidade da operacionalização de vários aspetos da atividade desta Direção-Geral, mantêm-se, na sua maioria, similares aos de 2013.

OBJETIVOS OPERACIONAIS											
EFICÁCIA										PESO	40%
001 Dar continuidade aos diferentes programas de apoio à edição, à tradução e à participação da DGLAB e dos autores portugueses nos principais certames internacionais ligados ao livro.											30%
INDICADORES		2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.01	# de apoios a obras publicadas no estrangeiro e a presenças de autores, feitas direta ou indiretamente.	100	10	125	100%	Método de Medida: Contabilização de apoios. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #90 e #110. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			
002 Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o fomento da criação literária e para o aumento de públicos leitores.											35%
INDICADORES		2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.02	# de iniciativas desenvolvidas pela DGLAB ou por associações e instituições que prossigam os mesmos objetivos em articulação com a DGLAB.	60	3	75	100%	Método de Medida: Contabilização de iniciativas desenvolvidas. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #57 e #63. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			
003 Assegurar o desenvolvimento do inquérito dirigido à Administração local e setor empresarial do Estado e a arquitetura do modelo gestão de informação de preservação digital com vista a cumprir Medida 15 da RCM nº 12/2012.											35%
INDICADORES		2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.03	Delinear uma estratégia para a qualificação dos sistemas de arquivo para a Administração Pública Central e Local	15-nov	30	30-set	100%	Método de Medida: Data Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 15 de Outubro e 15 de Dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 30 de Setembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%			

EFICIÊNCIA										PESO	40%
004 Disponibilizar conteúdos na web, contribuindo para afirmar a importância da língua portuguesa como instrumento de identidade de Portugal no mundo, incluindo património arquivístico comum com os países da CPLP.											35%
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.04	# de imagens disponibilizadas		1.000.000	100.000	1250000	70%	Método de Medida: Contabilização de imagens disponibilizadas em ambiente WEB nos sítios da rede DGARQ. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #900.000 e #1.100.00. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%				
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.05	# de registos descritivos disponibilizadas		100.000	10.000	125.000	30%	Método de Medida: Contabilização do número de Registos Descritivos disponibilizados. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #90.000 e #110.000 Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%				
005 Garantir a eficiência gestonária dos recursos orçamentais da DG											35%
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.06	Taxa de execução orçamental.	...	0,95	0,02	0,98	100%	Rácio entre recursos orçamentais consumidos no funcionamento da DG e os recursos disponibilizados (monitorizar a execução DF/ODF, sendo que DF = soma dos agrupamentos «Despesas com o pessoal», «Aquisição de bens e serviços correntes», «Aquisição de bens de capital», «Transferências» e «Subsídios»; ODF = ao orçamento nesses grupos, calculado pelo orçamento inicial, deduzido das cativações e reserva; inclui alterações orçamentais/gestão flexível, desde que por contrapartida de rubricas do orçamento próprio do serviço [(DF/ODF)x100])				
006 Garantir a avaliação do estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB											30%
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.07	# de monitorizações sobre o estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB com base na aplicação do instrumento de avaliação	...	5	1	7	100%	Método de Medida: Contabilização de imóveis submetidos a avaliação. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #4 e #6. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > ao VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%				

QUALIDADE										PESO	20%
007 Melhorar o conhecimento sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP, promovendo validando e divulgando o apuramento dos resultados do questionário estatístico da DGLAB e traduzir as orientações da IFLA.											100%
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.8	Data de validação, apuramento e divulgação dos resultados do questionário estatístico da DGLAB	...	15-dez	15	15-nov	35%	Método de Medida: Data de Validação. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 1 de dezembro e 31 de Dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de Novembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%				
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.9	Data de apresentação do relatório preliminar de Estudo sobre as causas da baixa utilização, das bibliotecas públicas, em Portugal	...	15-dez	15	15-nov	10%	Método de Medida: Data de apresentação. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 1 de dezembro e 31 de Dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de Novembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%				
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.10	Data de apresentação, à tutela, de proposta de legislação sobre as bibliotecas públicas.	...	15-dez	15	15-nov	30%	Método de Medida: Data de apresentação. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 1 de dezembro e 31 de dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de Novembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%				
INDICADORES	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.11	Data da instituição do Prémio de Boas Práticas nas bibliotecas públicas da RNBP	...	30-nov	15	15-out	25%	Método de Medida: Data da instituição do prémio. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 15 de novembro e 15 de dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de outubro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%				

Recursos Financeiros			
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DÉSVIOS
Orçamento de funcionamento	9.274.463,00		
Despesas c/ Pessoal	6.774.526,00		
Aquisições de Bens e Serviços	1.843.178,00		
Outras despesas correntes	28.133,00		
Despesas Restantes	628.626,00		
Orçamento de Investimento	2.872.405,00		
TOTAL (OF+Orçamento Investimento+Outros)	12.146.868,00		

Porém, é já possível identificar e delimitar os pontos fortes e fracos existentes, as ameaças e as oportunidades que condicionam a atividade da organização, de acordo com a aplicação da análise SWOT o que se faz conforme **Anexo II**.

3. Atividades e Projetos

3.1. Os Produtos das atividades e os Clientes

A DGLAB gera um leque alargado de **produtos e serviços** com origem nas suas atividades destinados aos seus **clientes** externos, a sua razão de existência enquanto organismo público responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos e pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura.

São os seguintes os **principais bens e serviços** prestados aos clientes externos:

Por parte do setor Livro e Bibliotecas

- a) Promover a divulgação do Livro e do autor português no estrangeiro, através da participação e representação nos principais certames e organizações internacionais e do incremento das políticas de apoio à tradução e edição de obras de autores portugueses e apoio ao desenvolvimento do setor do livro e da leitura nos PALOP e Timor, integrando o sistema de cooperação português;
- b) Apoiar entidades que promovam o livro e a leitura;
- c) Promover um Programa de Promoção da Leitura em articulação com as autarquias e as bibliotecas municipais;
- d) Reembolsar os portes do transporte de livros para as regiões autónomas;
- e) Produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias;
- f) Apoiar a instalação de bibliotecas públicas municipais;
- g) Desenvolver conteúdos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, disponibilizando-os no portal da Rede de conhecimentos das bibliotecas públicas;

Por parte do setor dos Arquivos

- h) Assessoria técnica a entidades externas;
- i) Produção e adaptação de instrumentos técnicos e normativos;

- j) Fornecimento de bens e serviços relativos à leitura presencial ou à distância dos documentos arquivísticos, com especial incidência na reprodução documental;
- k) Certificação de documentos;
- l) Cedência de instalações.

Como **clientes** destacam-se, de entre todos, os organismos da administração direta e indireta do Estado, a administração autárquica, as universidades e seus investigadores, os detentores privados de arquivos, os escritores, os editores portugueses e estrangeiros, os cidadãos, os PALOP e, bem assim os organismos internacionais ao abrigo de protocolos ou acordos de parceria estabelecidos.

3.2. As Atividades

Quando nos reportamos a ATIVIDADES de uma instituição referenciamos *tudo* o que **correntemente** a organização *faz* para o cumprimento das suas atribuições e missão. Numa instituição com a natureza do tipo em que a DGLAB se inclui, as ATIVIDADES representam **as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos**; serão os processos críticos, ou macro-processos organizacionais, que geram os *outputs* daquela estrutura.

Assim referimos abaixo o conjunto dos 10 macro-processos organizacionais ou macro-atividades prosseguidas, ou simplesmente **Atividades**, que exprimem a realização da *totalidade* das atribuições do Serviço e representam as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos e gerados pela organização. Aí também as relacionamos com as atribuições e com as UO responsabilizadas na sua prossecução.

Em termos orçamentais são estas Atividades as que geram a totalidade da despesa do orçamento de funcionamento; a elas no seu conjunto estão alocados todos os recursos humanos ao serviço na DGLAB e as despesas de estrutura têm a sua origem e fundamento no desenvolvimento corrente das ATIVIDADES.

A conjugação das Atividades com as competências a desenvolver e com as unidades orgânicas envolvidas, segue no quadro seguinte:

Macro-processos organizacionais/ ATIVIDADES	Competências/Ações a desenvolver
---	---

<p>1. Promoção e divulgação do Livro e do autor português</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Apoiar e incentivar a atividade criadora dos autores, através de programas e projetos que reconheçam a sua importância fundamental no quadro do setor do livro; ✚ Apoiar e promover a edição de obras de relevante interesse literário e cultural, através de programas que contribuam para incrementar a oferta editorial e possibilitem um maior conhecimento do património literário nacional; ✚ Produzir e disponibilizar informação sobre escritores e ilustradores portugueses, mantendo atualizada a base de dados do Centro de Documentação de Autores Portugueses; ✚ Produzir e disponibilizar informação sobre editoras e livrarias, mantendo atualizada as respetivas bases de dados e divulgando as suas atividades; ✚ Incentivar a ilustração de livros para crianças e jovens, através da atribuição do Prémio Nacional de Ilustração e do apoio à participação de ilustradores em eventos, tanto em Portugal como no estrangeiro; ✚ Organizar o Prémio Camões, em conformidade com o estabelecido no respetivo Protocolo, em articulação com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC); ✚ Desenvolver um programa nacional de promoção da leitura, através de projetos próprios ou em articulação com entidades dos setores público e privado, de forma a que contribua decisivamente para combater a iliteracia e a exclusão social; ✚ Estimular a realização de estudos, em particular sobre o mercado do livro e hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC; ✚ Atualização constante da base de dados de Prémios Literários, bem como disponibilização ao público de informação atual sobre a abertura de prémios literários; ✚ Disponibilização das atividades da Direção de Serviços do Livro nas ferramentas da Web 2.0 entretanto criadas ou reformuladas; ✚ Articulação dos vários indicadores produzidos ou facultados pelo INE, APEL, Eurostat, PNL, OAC, JFK; ✚ Participar ativamente no CERLALC, através da troca de informação sobre promoção da leitura, direito de autor e estatísticas do livro nos países ibero-americanos.
<p>2. Promoção, qualificação e auditoria de uma rede de arquivos e de fomento da cooperação institucional e da articulação técnica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Realização de auditorias e fiscalização em arquivos; ✚ Realizar diagnósticos destinados a garantir um conhecimento sobre o património arquivístico nacional e manter atualizado um sistema de referenciação de entidades detentoras do património arquivístico; ✚ Emitir parecer sobre os projetos de portarias de gestão de documentos, bem como sobre propostas de conservação e eliminação de documentos, identificadas pelas administrações produtoras; ✚ Emitir parecer sobre a criação de serviços de arquivo públicos, de âmbito nacional, regional e local e sobre a qualidade de serviços e sistemas de arquivo; ✚ Promover a qualidade dos sistemas de arquivo da administração, nomeadamente através de processos de apoio técnico e publicação de documentos técnicos e normativos; ✚ Promover e assegurar a gestão da Rede Portuguesa de Arquivos; ✚ Participar em programas que visem a racionalização da produção documental, da sua gestão e do acesso à informação do sector público
<p>3. Salvaguarda do património arquivístico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Elaborar e propor políticas e planos nacionais de proteção, valorização e promoção do património arquivístico ✚ Assegurar os procedimentos e formalidades necessários à proteção legal dos bens culturais arquivísticos ✚ Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse
<p>4. Organização, descrição e gestão da documentação arquivística</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Assegurar a gestão dos registos patrimoniais de inventário e de classificação ✚ Elaborar e propor políticas de aquisição, descrição, ainda de comunicação e divulgação do património arquivístico à guarda dos arquivos dependentes ✚ Elaborar normas e orientações técnicas para o tratamento arquivístico e promover a sua aplicação; ✚ Assegurar a gestão do Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística
<p>5. Promoção da fruição, comunicação e acesso ao património arquivístico e fotográfico e transferência de suportes conexas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Acompanhar as iniciativas de governo eletrónico desenvolvendo estudos e projetos que contribuam para a preservação do património arquivístico digital ✚ Desenvolver planos nacionais de digitalização e acompanhar projetos de implementação transversal no domínio do património arquivístico e fotográfico ✚ Apoiar os arquivos dependentes na conceção, desenvolvimento e implementação de projetos de digitalização e outros ✚ Coordenar a promoção e exploração dos meios <i>web</i> para o acesso ao património arquivístico nacional e a prestação de serviços aos utilizadores ✚ Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário
<p>6. Preservação e conservação do património arquivístico e fotográfico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Promover a investigação, publicação e divulgação relativas à preservação e conservação do património arquivístico e património fotográfico. ✚ Executar as ações adequadas à preservação ou ao restauro do património arquivístico e património fotográfico.

<p>7. Gestão e manutenção de infra-estruturas e dos sistemas aplicativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Coordenar, gerir e apoiar a Secretaria-geral no planeamento, execução e controle dos procedimentos relativos a projetos, obras, afetações e utilização dos imóveis, bem como à sua conservação, manutenção e segurança incluindo dos equipamentos adstritos às instalações ✚ Efetuar o planeamento de sistemas de informação, em todo o âmbito de atuação da DGLAB, bem como definir as políticas e orientações gerais de gestão e exploração dos arquivos dependentes; ✚ Apoiar tecnicamente a definição e desenvolvimento de projetos de informatização e digitalização da DGLAB; ✚ Assegurar a gestão e exploração dos sistemas e equipamentos informáticos da DGLAB, bem como a gestão e exploração da rede de comunicações
<p>8. Apoio e modernização das bibliotecas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Gerir o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, planeando e acompanhando as medidas da política para o setor; ✚ Elaborar e promover a aplicação de orientações técnicas e normativas de carácter nacional e internacional, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ✚ Elaborar e colaborar na elaboração de diplomas legais na área das bibliotecas públicas; ✚ Acompanhar, em articulação com o GEPAC, a adoção de medidas legislativas no domínio do direito de autor, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ✚ Promover a qualidade do serviço de biblioteca pública, através da sua monitorização e avaliação regular; ✚ Constituir e orientar equipas de consulta técnica para acompanhamento de projetos nas suas diversas vertentes; ✚ Promover a cooperação e o trabalho em rede entre bibliotecas, em colaboração com outras entidades; ✚ Incentivar e apoiar a criação de novos serviços, com recurso às tecnologias de informação e comunicação e participar em projetos e iniciativas que promovam a inovação e a qualidade nesse domínio; ✚ Cooperar com outras entidades, no plano nacional e internacional, na conceção e execução de projetos e programas específicos da área, incluindo os relativos à formação e qualificação dos técnicos de bibliotecas; ✚ Participar em iniciativas, a nível local, regional, nacional e internacional que contribuam para a inovação no sector.
<p>9. Cooperação internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Definir, planear e executar programas e ações de divulgação dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro, contribuindo para uma crescente difusão e reconhecimento da literatura e dos autores portugueses junto dos diferentes públicos e mercados editoriais; ✚ Viabilizar o acesso ao livro em português nos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor -Leste, através do apoio técnico e financeiro a projetos propostos pelos países parceiros, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ✚ Participar em projetos internacionais na área da gestão e preservação de arquivos digitais, em articulação com o GEPAC da Cultura ✚ Participar na preparação e execução de acordos culturais no domínio das competências da DGLAB em articulação com o GEPAC
<p>10. Apoio, planeamento e administração</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Produzir todos os documentos de gestão estratégica e planeamento, nomeadamente o orçamento, o plano anual de atividades, os mapas de pessoal, o QUAR, o balanço social, o relatório anual de atividades, a conta de gerência — ou outros instrumentos de gestão necessários — e acompanhar a sua execução; ✚ Preparar as candidaturas a fundos comunitários e assegurar o seu acompanhamento e controlo; ✚ Propor e desenvolver estratégias de captação de apoios mecenáticos ✚ Assegurar a gestão orçamental e as tarefas relativas à gestão dos recursos humanos e a apresentação de relatórios periódicos de situação; ✚ Elaborar o plano anual de formação; ✚ Garantir o cumprimento das normas relativas às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho; ✚ Colaborar com a Unidade Ministerial de Compras (UMC) do Ministério, efetuando a agregação das necessidades de aquisição de bens e serviços; ✚ Contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados, elaborando e mantendo atualizados manuais de procedimentos internos e propondo medidas visando a sua desmaterialização; ✚ Acompanhar as medidas preconizadas pela sociedade de informação e promover a sua aplicação visando alcançar objetivos de racionalização e modernização administrativa para a efetiva desmaterialização e simplificação dos procedimentos;

3.3. Projetos. Indicação dos projetos mais relevantes para o serviço.

Em ligação com as ATIVIDADES da organização (rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos), são abaixo referenciados o conjunto de PROJETOS que a organização desenvolve, **expressando as ações não permanentes**, destinadas a

satisfazer necessidades ocasionais indispensáveis a levar a bom termo qualquer das Atividades do serviço, e introduzindo investimentos, melhorias, novas capacidades, etc., necessários a modernizar e a incrementar os resultados da/s Atividades em causa.

É o seguinte o conjunto dos projetos mais relevantes que a Direção-Geral prossegue, iniciados ou em continuação, que exprimem as ações não permanentes destinadas a satisfazer necessidades pontuais, mesmo que com durabilidade de médio prazo, indispensáveis a levar a bom termo as Atividades do serviço:

ID	PROJECTOS (a continuar em 2014 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
1	Projeto de divulgação dos autores portugueses no estrangeiro	Realizar os três programas anuais de apoio à internacionalização: Apoio à Edição no Brasil; Apoio à Tradução; Apoio à Ilustração e Banda Desenhada.	Projeto de divulgação dos autores portugueses no estrangeiro
2	Apoio às Instituições Culturais e a Prémios Literários	No quadro dos Protocolos assinados com diversas instituições e associações de carácter cultural, têm vindo a ser apoiadas diversas atividades culturais, nomeadamente, ações de incentivo à criação literária e à promoção da leitura e difusão do autor e do livro. Outra vertente do apoio da DGLAB traduz-se no apoio financeiro aos Prémios Literários atribuídos por várias das instituições.	Ao longo de 2014 serão atribuídos os apoios protocolados com as instituições, para a realização das iniciativas culturais e atribuição dos prémios literários.
3	Leitura sem Fronteiras - Promoção da Leitura em Estabelecimentos Prisionais	Resultante de uma parceria estabelecida em 1998 entre a ex-DGLB e a ex-Direção-Geral dos Serviços Prisionais, renovada em Janeiro de 2011 entre a Ministra da Cultura e o Ministro da Justiça, pretende-se alargar a leitura a espaços não convencionais. No âmbito deste acordo são desenvolvidas anualmente várias iniciativas: ações continuadas de contacto com textos e com os seus autores (sessões semanais ou quinzenais por períodos de três ou quatro meses); ações pontuais de sensibilização ao livro e à leitura; oferta de livros para as bibliotecas dos Estabelecimentos Prisionais; concursos de leitura e escrita. Este programa encontra-se integrado nos objetivos do Plano Nacional de Leitura.	Realização em 2014 das iniciativas habituais: ações pontuais e ações continuadas de promoção da leitura e escrita. Pretende-se em 2014 alcançar um ainda maior envolvimento da Rede das Bibliotecas Municipais na articulação com os EPs, propiciando uma articulação regular e coerente entre cada estabelecimento prisional, a Biblioteca Municipal do respetivo Concelho, a DGLAB e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). No quadro das atividades de dinamização da escrita, será promovido um concurso de escrita criativa cujo tema se inscreverá num ano Europeu, a definir oportunamente.
4	Programa de Ações de Promoção da Leitura	Dirigido a mediadores de leitura - bibliotecários, técnicos de biblioteca, educadores de infância, professores, animadores culturais e outros agentes -, tendo diretamente, como público-alvo, crianças, jovens e adultos, o programa é protagonizado por formadores com competências muito diversificadas, tais como professores universitários, escritores, jornalistas, atores, animadores de leitura, contadores de histórias	Ações de formação, ateliês, espetáculos baseados em textos literários, cursos breves de literatura, comunidades de leitores, exposições realizado em parceria com as Autarquias do país, através das respetivas Bibliotecas Municipais. Em vigor desde 1997 (e parcialmente interrompido em 2011, 2012 e 2013).

			Prevê-se execução em 2014, em número a definir de acordo com disponibilidade orçamental.
5	18ª edição do Prémio Nacional de Ilustração	O Prémio Nacional de Ilustração tem uma periodicidade anual e contempla as obras de literatura para crianças e jovens publicadas no ano imediatamente anterior ao da sua atribuição. Através deste Prémio, criado em 1996, pretende-se promover o reconhecimento e o apreço pela ilustração de qualidade nos livros para a infância e a juventude originalmente editados em Portugal.	O resultado será divulgado no princípio de julho de 2014.
6	Concurso Nacional de Leitura 2014	Organização e coordenação da 2ª. fase do Concurso Nacional de Leitura 2014, em colaboração com o Plano Nacional de Leitura, a qual tem lugar numa Biblioteca Pública Municipal por distrito e envolve um número de cerca de 2500 jovens e respetivos professores.	Evento a ocorrer em março/maio
7	Dia Mundial da Poesia, Dia Internacional do Livro Infantil e Dia Mundial do Livro	Incentivo à organização de atividades diversas nas Bibliotecas e livrarias	A ocorrer em 21 março, 2 de abril e 23 de abril
8	Dia Mundial para a Redução de Catástrofes 2014	Apoio à implementação da comemoração, em parceria com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, no maior número possível de Bibliotecas Públicas Municipais, com vista à prevenção e à consciencialização do papel dos cidadãos em situações de risco	A ocorrer em outubro de 2014
9	Lei do Preço Fixo do Livro	Revisão da Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de Setembro, com as alterações ao Decreto-Lei 176/96, de 21 de Setembro, que instituiu o designado "Preço Fixo do Livro".	
10	Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa na área do livro e da leitura.	Apoio técnico a Cabo Verde e Moçambique para a formulação de um Plano Nacional de Leitura e um Programa Nacional do Livro.	Reuniões preparatórias dos futuros Planos Nacionais de Leitura dos dois países, para os quais a DGLAB foi chamada a participar. Apoio na elaboração das Leis, seleção de títulos para as várias faixas etárias, elaboração de projetos a realizar em bibliotecas e escolas.
11	26ª edição do Prémio Camões	Preparação da reunião de júri do Prémio Camões 2014, em colaboração com o GEPAC, e respetiva reformulação do júri.	Escolha de jurados a substituir, preparação das viagens dos jurados africanos, preparação da reunião de júri e da conferência de imprensa, que deverão decorrer em maio de 2014.
12	Exposição "Como as Cerejas" em Lisboa	Disponibilização, no CCB, da exposição de ilustração "Como as Cerejas".	De março a maio 2014.
13	Reembolsos dos encargos de expedição dos livros não escolares de acordo com o Decreto-Lei nº 43/2006 de 24 de fevereiro	A DGLAB, em cumprimento Decreto-Lei já referido, é obrigada a analisar toda a documentação correspondente ao transporte para as Regiões Autónomas dos livros não escolares, processando o pagamento dos respetivos custos às editoras e distribuidoras nacionais.	Prevê-se a revogação do Decreto-Lei nº 43/2006 de 24 de fevereiro na componente livro não escolar que identifique encargos financeiros para a DGLAB.
14	Implementação da Medida 15 da Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de fevereiro: Central Eletrónica dos Arquivos	A Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, na Medida 15, faz expressa referência à necessidade de implementar uma «Central Eletrónica de Arquivos do Estado»; para tal é essencial a cooperação técnica da DGLAB com organismos da Administração do Estado, disponibilizando para o efeito meios humanos com adequada formação, tendo em vista o	Em 2014, está previsto desencadear este projeto na sua componente operativa, iniciando-se a sua concretização em três vertentes: 1 - A componente de gestão do

	do Estado *	<p>desenvolvimento de projetos que visem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dar solução ao passivo de milhares de quilómetros de documentação acumulada em depósitos de arquivo «intermédio» da Administração Pública; • incrementar a qualidade das práticas de gestão de documentos junto das administrações produtoras; • facilitar o acesso do cidadão aos arquivos da Administração e atrair novos públicos para os arquivos. 	<p>projeto. Esta valência tem como objetivo reunir uma equipa bem como os meios técnicos e equipamento indispensáveis para assegurar a gestão e supervisão integral do projeto. Esta equipa será necessariamente multidisciplinar não sendo portanto exequível ser unicamente constituída por pessoal interno à DGLAB. É necessário congregiar competências em diferentes domínios nomeadamente contabilidade, informática, gestão de projeto</p> <p>2 - O tratamento da massa documental acumulada e já identificada. Para este efeito teremos de contar com o esforço e contributo por parte das Secretarias Gerais mas também com a contratação do e um numero adequado de arquivistas que possibilite o processamento no período de tempo previsto de toda a massa documental identificada, ou seja, 5 mil km. Neste contexto estima-se como necessária a contratação externa de c. 45 Técnicos superiores de arquivo durante o período estimado de vigência do projeto.</p> <p>3 - A requalificação profissional, destinada a formar as pessoas envolvidas no projeto.</p>
15	Intervenção nos arquivos dos extintos Governos Civis *	<p>O processo de extinção dos Governos Civis identificou cerca de 12 Km de documentos produzidos por estas entidades que se encontram em estado de abandono pelas entidades que deixaram de exercer estas funções. A DGLAB, em articulação com a SG do Ministério da Administração Interna, tem vindo a acompanhar todo este processo de tratamento técnico – organização e descrição dos documentos -, avaliação, seleção e preparação dos instrumentos técnicos que permitam uma eliminação em segurança da informação redundante, bem como a digitalização de algumas séries documentais de maior relevância.</p>	<p>Implementação deste projeto através da constituição de equipas de arquivistas dos Serviços Centrais e dos Arquivos Distritais que, em colaboração com a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, iniciou o tratamento técnico dos 12 km de documentos já identificados dos extintos Governos Civis.</p>
16	Macroestrutura Funcional (MEF), *	<p>A Macroestrutura Funcional (MEF), assegurará os processos classificativos e a interoperabilidade na Cultura e na Administração Pública.</p>	<p>Desenvolvimento de planos de classificação conformes à MEF, decorrentes da harmonização entre a Administração Central e a Administração Local, com definição de princípios metodológicos e produção de orientações. Término e divulgação do Plano de classificação para as Autarquias Locais. Conclusão de planos transversais de nível ministerial.</p>
17	RODA (Repositório de Objetos Digitais Autênticos) *	<p>A DGLAB concebeu e construiu um Arquivo Digital com o objetivo de incorporar, gerir e acessibilizar a informação digital produzida AP, designado por Repositório de Objetos Digitais Autênticos</p>	<p>Em 2014 prevê-se continuar a atividade normal procurando-se incrementar o nº de organizações a depositar informação neste</p>

		<p>(RODA).</p> <p>O sistema entrou já em exploração em 2009 e a sua consolidação vital para a A.P., tem sido uma questão estratégica na atividade DGLAB. Dada a volatilidade do mercado informático e rápida desatualização de soluções tecnológicas, é fundamental assegurar o desenvolvimento e atualização de tecnologias que suportam a infraestrutura deste repositório. Além disso outros imperativos determinam a necessidade de atualizar este repositório nomeadamente a necessidade de transformar o RODA num <i>Trust Archival Service</i>, que possibilite a ingestão de documentos com assinatura digital e ainda a criação de uma comunidade internacional de desenvolvimento em torno do RODA. A recente aprovação no âmbito do IberArchivos – Programa ADAI financiamento para a tradução em espanhol e o protocolo de colaboração existente com o Arquivo Nacional do Brasil constituem pontos fortes de potencial internacionalização e reconhecimento deste tipo de I&D desenvolvido em Portugal em parceria DGLAB/Universidade do Minho.</p>	<p>repositório.</p>
18	<p>Portal Português de Arquivos *</p>	<p>A Rede Portuguesa de Arquivos é uma rede de conteúdos em que organizações (entidades produtoras que mantenham de forma organizada os seus arquivos) que pretendam disponibilizar o acesso remoto aos seus documentos de arquivo, usufruindo simultaneamente de acesso a outros serviços mantidos pela rede, o possam fazer. Por conteúdos referimo-nos a descrições de documentos e representações digitais dos mesmos.</p> <p>O Portal da RPA permitirá aceder a partir deste <i>único ponto</i> esses documentos de arquivo custodiados por arquivos portugueses. Neste domínio e tendo em consideração:</p> <p>No seguimento do protocolo estabelecido com o Arquivo Nacional do Brasil, no âmbito da disseminação de conteúdos de arquivo e a ligação do PPA com portais internacionais, nomeadamente a APENET e EUROPEANA, prevê-se a adição de funcionalidades que permitam o intercâmbio de dados entre portais e a recolha de meta-informação residente em qualquer repositório independentemente do formato que tenha sido produzida</p>	<p>Para 2014 serão promovidas novas adesões e procurar-se-á melhorar o seu desempenho.</p>
19	<p>FNAA (Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística) *</p>	<p>Projeto integrado na Rede Portuguesa de Arquivos, Tem como objetivo a disponibilização de uma ferramenta que permita o registo normalizado de todos os produtores de arquivos na AP. Central, Regional e Local. Este sistema servirá de base com as necessárias adaptações e desenvolvimentos para suportar a gestão da MEF</p>	<p>Manter a atualização de entidades atuais com base no PRACE / PREMAC ou em qualquer outro programa de reestruturação que se possa vir a desenhar-se (incidência nos ministérios e entidades de topo dentro dos ministérios).</p> <p>Estabelecer relações dos registos existentes com fundos documentais, detidos pela DGLAB e por outras entidades. Efetuar-se-á uma análise caso a caso nos processos de relacionamento.</p> <p>Criar novos registos relativos a entidades extintas com representatividade documental de forma a viabilizar o respetivo relacionamento. Durante 2014, haverá que definir balizas progressivas para a criação destes novos registos.</p> <p>Criação de novos registos através do</p>

			<p>estabelecimento de parcerias com universidades na medida em que esta atividade se enquadre em projetos de investigação das mesmas.</p> <p>Enriquecer os registos através de relacionamentos criados com recursos externos de diferente natureza: museológico, bibliográfico, fílmico, etc. Pretende-se tornar o FNAA apelativo a indivíduos sem conhecimentos específicos de arquivos ou prática em investigação histórica, bem como uma ferramenta de apoio à extensão educativa e cultural.</p> <p>Complementarmente e de forma não prioritária, aumentar o nível de descrição dos registos procurando tendencialmente harmonizar todos os registos no nível médio.</p>
20	Balcão eletrónico *	Aplicação destinada a funcionar como um balcão de atendimento virtual para a multiplicidade de serviços de atendimento e pagamentos relativa a todos os arquivos dependentes disseminados pelo país	O projeto será implementado no Arquivo Nacional Torre do Tombo e nas restantes unidades descentradas (à exceção do Arquivo Distrital do Porto que já foi implementado em 2013).
21	Implementação do DIGITARQ – (novo sistema de descrição e gestão arquivística) *	Implementação do novo sistema de suporte à descrição e gestão arquivística.	O sistema entrou em produção em 2011, encontrando-se em fase de manutenção, conjugando-se com ações formativas e de divulgação.
22	Produção de Planos de Preservação Digital para o período entre 2013-2014*	Plano estabelecendo critérios, definições de projetos de produção de conteúdos digitais incluindo os respetivos planos de execução.	Em 2014 dar-se-á seguimento ao Programa SOS Digital com o objetivo de consciencializar os profissionais sobre a problemática da conservação digital, realizando-se com regularidade ações formativas de acordo com um modelo a conceber de carácter temático.
23	Aumento da capacidade de armazenamento de informação digital*	Instalação de incremento da memória do sistema pela aquisição de equipamento informático adequado – <i>storage</i> . Note-se que este sistema suporta não apenas o armazenamento de imagens mas também toda a informação transacional digital produzida na DGLAB.	Ações de manutenção a decorrer em 2014
24	Auditorias	Verificações de conformidades dos sistemas de arquivo da Administração Pública com referenciais constantes do programa de auditorias da DGLAB	6 Ações projetadas para 2014
25	QREN/Regulamento de Equipamentos Culturais	Apoio à construção/recuperação de edifícios destinados a Arquivos Municipais para salvaguarda do património arquivístico e a projetos complementares conexos	Concluídos os projetos apoio a Arquivos Municipais, no total de 99 candidaturas envolvendo 86 municípios na fase PARAM, encontram-se agora em fase acompanhamento, após apreciação de mérito das candidaturas colocadas às CCCR.
26	Exposições	Exposições e mostras documentais: Divulgação do património documental	Exposições 100 anos sobre o nascimento de Álvaro Cunhal (de 10 de novembro de 2013 a 15 de fevereiro de 2014) Resistindo à Guerra no século XX-

			<p>exposição em parceria com o Instituto de História Contemporânea da UNL(de 27 de fevereiro a 12 de abril)</p> <p>O Atlas de Vaz Dourado – (exposição no âmbito do lançamento da edição fac-similada) em parceria com a editora Molero) de 29 de abril a 23 de junho</p> <p>Mostras Documentais</p> <p>150 ANOS do primeiro recenseamento oficial da população portuguesa (janeiro a 17 de março)</p> <p>500 ANOS da entrada solene em Roma da embaixada enviada por D. Manuel I ao Papa Leão X (17 março a 19 de maio)</p> <p>150 ANOS sobre a provação do novo regime dos tabacos(19 de maio a 15 de julho)</p> <p>150 ANOS da inauguração da linha Férrea entre Lisboa e Vila Nova de Gaia(15 de julho a 30 de setembro)</p> <p>150 ANOS do Tratado de Lisboa: ratificação pela Espanha dos dois anexos ao Tratado de Limites de 29 de Setembro de 1864 com Portugal (de 30 de setembro a 6 de janeiro)</p>
27	<p>Digitalização direta de conjuntos documentais de dependentes, ou de terceiros em parceria</p>	<p>A previsão de realização em 2014 depende de um conjunto de fatores, tais como o patrocínio externo e a nossa capacidade de investimento em storage.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1.000.000 de imagens de documentação de interesse genealógico (Paroquiais); - 50.000 imagens dos Processos de extinção das casas religiosas masculinas em Portugal, 1715-1961; - 20.000 imagens Fragmentos, Séc. XVII-1974 - 100.000 imagens de diversos fundos pertencentes à Madeira (Provedoria do Funchal, Alfândega e Conventos), [1200-1834]; - 10.000 imagens das Gavetas, 1101-1986; - 20.000 imagens da PIDE, 1919-1975; - 10.000 imagens do AOS, 1908-1974; - 10.000 Inquisição de Évora, 1536-1821; - 250.000 imagens de fundos diversos (Inquisição de Coimbra, Registo Geral de Mercês, Conselho Geral do Santo Ofício, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e de Moçambique, Casa Real, etc. ; - 50.000 imagens de documentação diversa de casa forte (Chancelarias, Tratados, Forais, Coleção Castilho, leis, etc.)
28	<p>Cooperação internacional</p>	<p>Parcerias com os outros arquivos internacionais em âmbito de programas na área da cultura e protocolos estabelecidos.</p>	<p>A decorrer em 2014</p>

		Participação em reuniões técnicas no âmbito do EBNA, ALA, ADAI e CERLALC. Dinamização de atividade internacional com a ALA na área de preservação digital	
29	Património imóvel/apoio ao património edificado e equipamentos adstritos	Manutenção e restauro das instalações dos Arquivos distritais e seus equipamentos adstritos. Ampliação para depósitos.	É necessário um vasto conjunto de intervenções, algumas decorrentes de situações com gravidade, que não é possível, para já, desencadear. Em 2014, está previsto a realização de obras de conservação e restauro no edifício do CPF e adaptar as caves do edifício da Torre do Tombo para a inclusão dos materiais que ocupam o armazém alugado por esta Direção-Geral.
30	Edificação de novas instalações destinadas a Arquivo Distrital	Évora e Viseu	(previstas de há muito, dependendo de dotações orçamentais apropriadas)
31	Apoio à criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública	Acompanhar tecnicamente os projetos municipais de criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública; Analisar tecnicamente projetos candidatos a financiamento comunitário e projetos no âmbito da cooperação com os PALOP; Garantir a avaliação de mérito das operações candidatas a financiamento comunitário. Acompanhar a realização material e financeira dos projetos objeto de contrato-programa	A decorrer em 2014
32	Avaliação de recursos e serviços de bibliotecas públicas	Monitorizar e avaliar os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP; Promover e participar na elaboração de estudos e projetos no setor das bibliotecas públicas Propor, após avaliação técnica, a integração de bibliotecas públicas municipais, não apoiadas pela DGLAB, na RNBP	Validação e análise dos dados do questionário anual às bibliotecas da RNBP; Produção de relatórios estatísticos; Realização de estudo sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP; Participação no grupo de trabalho de estatísticas de bibliotecas públicas do NAPLE (<i>National Authorities on Public Libraries in Europe</i>); Apresentar proposta de integração de bibliotecas na RNBP.
33	Prestação de serviços às bibliotecas públicas e cidadãos em geral	Promover a aplicação de orientações técnicas e normativas aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; Participar em iniciativas e projetos que contribuam para o trabalho em rede entre bibliotecas; Oferecer às bibliotecas da RNBP serviços de valor acrescentado que lhes permitam poupar recursos e aumentar a visibilidade das atividades que promovem; Incrementar a colaboração das bibliotecas públicas no desenvolvimento de conteúdos para o Portal da RCBP; Fornecer aos utilizadores das bibliotecas públicas acesso global a informação sobre as bibliotecas, designadamente acesso a catálogos bibliográficos e agenda de atividades. Contribuir para a promoção da qualidade do serviço de biblioteca pública.	Elaboração, tradução e divulgação de orientações técnicas; Coordenação nacional do programa «Sister Libraries» do NAPLE (<i>National Authorities on Public Libraries in Europe</i>); Divulgar, no Portal da RCBP, as atividades e eventos promovidas e realizadas nas bibliotecas públicas, ou com elas relacionadas; Divulgar as ferramentas disponíveis no Repositório de Registos Bibliográficos;* Divulgar, no Portal da RCBP, o catálogo dos fundos locais das bibliotecas da RNBP;* Criação de sítios web das bibliotecas a alojar no portal da RCBP;* Realizar primeira edição de prémio

			»Boas Práticas» nas bibliotecas da RNBP; Participação em grupos de trabalho e comissões técnicas especializadas.
--	--	--	---

Relativamente a estes projetos, consulte-se a fundamentação desenvolvida no Anexo III, intitulado Proposta de Plano de Atividades 2014 – Área de Arquivos.

4. Ações destinadas a aumentar a angariação de receita própria e comunitária

Como ação destinada a aumentar a receita própria propomos a publicação de nova tabela de preços atualizando-os e criando novos, após a aprovação superior nos termos da Lei Orgânica da DGLAB.

5. Conclusões

O conjunto de todas as ATIVIDADES acima propostas, procurando responder a todas as atribuições e competências da DGLAB, depende essencialmente da boa execução dos meios financeiros necessários para responder aos custos em recursos humanos e às despesas de funcionamento/estrutura (Aquisição de Bens e Serviços), respeitando os contratos obrigatórios em face da lei e essenciais para manter o regular funcionamento dos serviços.

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

**JOSÉ MANUEL
DE AZEVEDO
CORTÊS**

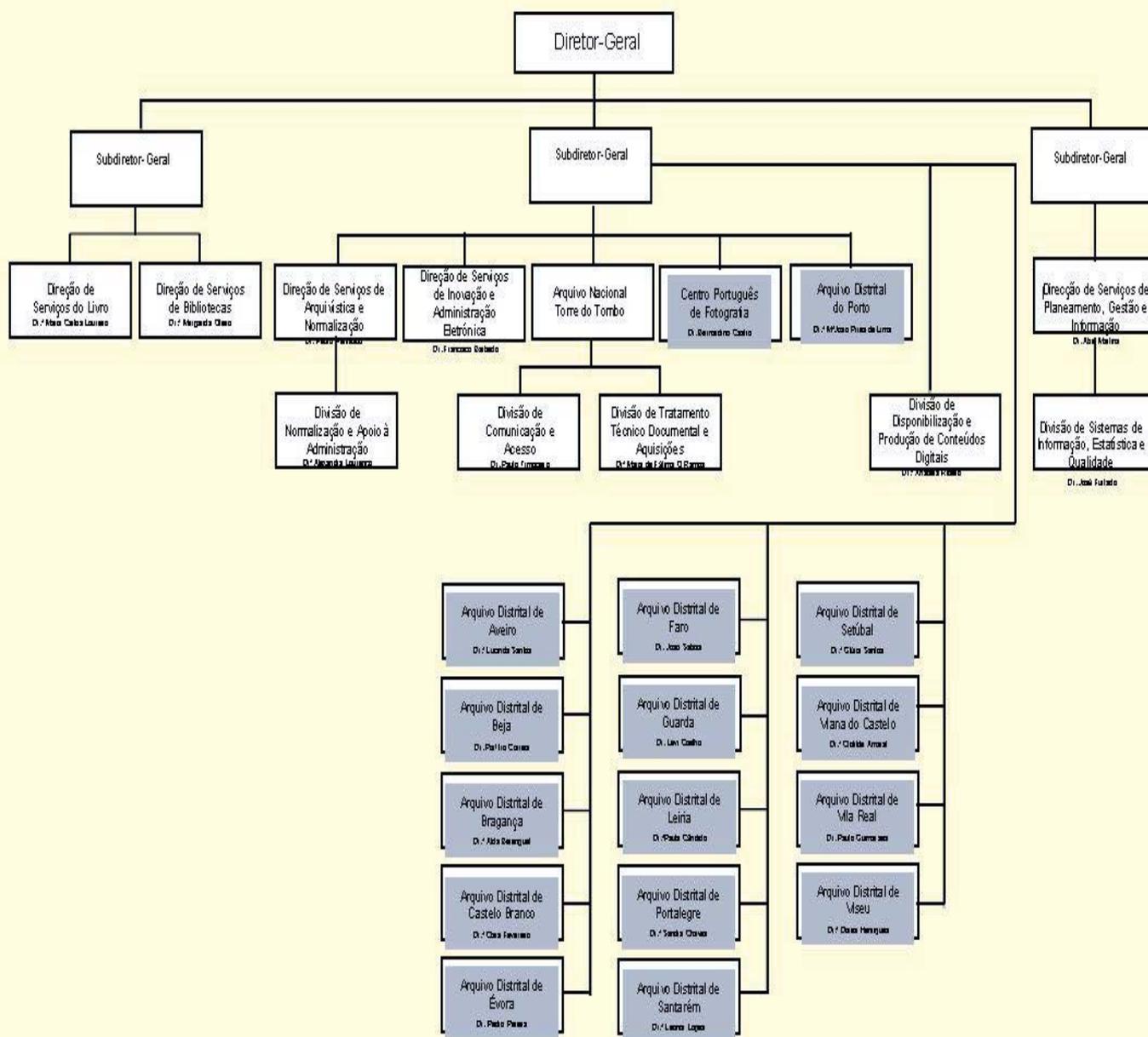
Assinado de forma digital por JOSÉ
MANUEL DE AZEVEDO CORTÊS
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão,
ou=Cidadão Português, ou=Assinatura
Qualificada do Cidadão, sn=DE AZEVEDO
CORTÊS, givenName=JOSÉ MANUEL,
serialNumber=B013089625, cn=JOSE
MANUEL DE AZEVEDO CORTÊS
Dados: 2013.11.29 18:30:53 Z

José Manuel Cortês

Diretor-Geral

ANEXO I

Organograma
da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas



ANEXO II

MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

<p style="text-align: center;">Ambiente Interno</p>	<p style="text-align: center;">Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> + Novas missões e responsabilidades [políticas do Livro, das Bibliotecas Públicas, governo eletrónico, modernização administrativa; património fotográfico] + Capacidade e iniciativa em conceção de projetos inovadores [disponibilização na Web de mais de 10.330.000 imagens de documentos] + Disponibilização de normas técnicas inovadoras na área de negócio + Reorientação estratégica da política arquivística nacional a partir de 2005 consagrada em 2007 [Arquivos não são só cultura/património] + Aumento da qualidade do serviço prestado ao cliente [generalização do CRAV_Projeto Consulta Real em Ambiente Virtual] + Motivação dos colaboradores + Ética e cultura de serviço público + Trabalho em equipa + Imagem externa de referência 	<p style="text-align: center;">Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> + - Constrangimento orçamental para o investimento + - Falta de recursos qualificados para a área de negócio: (i) Falta de formação nas TIC, (ii) Insuficiente formação profissional nas novas vertentes de arquivo eletrónico. + - Falta de mais infra-estruturas para armazenagem digital de documentos e de condições físicas do DATACENTER, a reestruturar + - Plano de obras: falta de capacidade de intervenções essenciais no edificado (17 edifícios dos arquivos disseminados no país) + - No âmbito da gestão de riscos salienta-se as condições de salubridade nos depósitos por forma a prevenir o incremento de infestações
<p style="text-align: center;">Ambiente Externo</p> <p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> + Governo eletrónico – crescente implantação das transações eletrónicas e da desmaterialização na AP + Diálogo institucional [com todas as Secretarias Gerais dos diferentes Ministérios e Autarquias] + Parcerias estratégicas [Arquivos Privados; entidades da área da produção e disseminação do Livro e da Leitura] + Novo modelo de gestão pública + Plano nacional de digitalização [Europeana_articulação entre BNP, IMC, Cinemateca portuguesa-Museu do Cinema] + Aumento do grau de exigência do cliente + Benchmarking + Serviços Partilhados + Quadro jurídico-legal em mutação 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MAX-MAX)</p> <ul style="list-style-type: none"> + Desenvolvimento de projetos inovadores + Celebração de parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais + Aumento na qualidade do serviço prestado ao cliente + Introdução de manual de políticas e de procedimentos de gestão + Aposta no fortalecimento da imagem externa junto de novos públicos + Aplicação das medidas preconizadas no Plano de Gestão de Riscos da corrupção e Infrações Conexas 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MIN-MAX)</p> <ul style="list-style-type: none"> + Desenvolvimento e aprofundamento do sistema de indicadores de desempenho + Avaliação permanente do desempenho dos serviços pelos clientes internos e externos
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> + Recrutamento de competências nas áreas de negócio, em particular na área dos arquivos digitais virtualmente impossibilitada (recrutamento externo); + Progressiva redução de efetivos; quadro legal de dificuldade crescente no recrutamento; + Progressiva redução anual de verbas do Orçamento do Estado; + Proliferação de repositórios eletrónicos <i>ad hoc</i> na Administração Pública e outras estratégias desarticuladas de preservação digital, com eventuais desperdícios de recursos orçamentais atendendo aos custos elevadíssimos deste tipo de soluções 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MAX-MINI)</p> <ul style="list-style-type: none"> + Aplicar a carta de ética e de deontologia de serviço público na DGLAB + Melhorar rentabilização dos espaços culturais existentes 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MIN-MIN)</p> <ul style="list-style-type: none"> + Aumentar as receitas próprias no âmbito da prestação de serviços a clientes + Aposta na valorização profissional dos efetivos

ANEXO III

**UNIDADES ORGÂNICAS DEPENDENTES DESCONCENTRADAS
- UNIDADES HOMOGÊNEAS**

OBJETIVOS OPERACIONAIS

Objetivos comuns determinados para os Arquivos Dependentes

OBJ 1	Aumentar o número de registos descritivos de documentos disponíveis para consulta através do módulo web do Digtarq	PONDERAÇÃO
INDICADOR 1	# de novos registos publicados no módulo web do Digtarq em 2012 em relação a 2011	100%
OBJ 2	Incrementar o número de representações digitais (ficheiros) disponíveis para consulta através do módulo web do digitarq.	
INDICADOR 2	# de novas representações digitais disponibilizadas no módulo web do DIGITARQ em 2012 em relação a 2011	100%
OBJ 3	Melhorar a qualificação dos Registos já disponibilizados "on line".de forma que que sejam recolhidos e acessibilizados através do Portal Português de Arquivos	
INDICADOR 3	# de novos registos/descrições integrados no PPA durante o ano de 2012 em relação a 2011.	100%

					objetivos adicionais propostos pelo serviço			
AD	nº objetivo	nº indicador	Meta	Superação	4	indicador	5	indicador
AVR	1	1	12.000	13.000				
	2	2	40.000	45.000				
	3	3	4.600	6.500				
BJA	1	1	3.000	3.500	Desmaterialização do procedimento - prestação de serviços (cópia simples) solicitados por outras entidades públicas para fins de serviço e para leitores/clientes	% de serviços prestados em formato digital / electrónico	Fortalecer a imagem institucional através da interação com a comunidade local pela implementação do projecto de Voluntariado Cultural	# adesão de voluntários aos eventos e actividades realizadas
	2	2	50.000	65.000				
	3	3	3.000	3.500				
BGC	1	1	28.000	35.000	Difusão e divulgação dos serviços do Arquivo Distrital de Bragança	% de actividades desenvolvidas		
	2	2	28.000	35.000				
	3	3	10.000	15.000				
CTB	1	1	2.300	4.800				
	2	2	14.000	28.000				
	3	3	2.300	4.800				
EVR	1	1	20.000	25.000				
	2	2	30.000	35.000				
	3	3	20.000	25.000				
FAR	1	1	5.200	5.400				
	2	2	51.000	53.000				
	3	3	5.200	5.400				
GRD	1	1	10.000	15.000				
	2	2	100	130				
	3	3	10.000	15.000				
LRA	1	1	4.500	5.000	Apoio técnico e interação com outras entidades	# de novos contactos tendentes à introdução de metodologias de boas práticas de gestão arquivo		
	2	3	5.000	6.000				
	3	3	5.000	5.500				
LSB	1	1	10.000	11.000				
	2	2	20.000	25.000				
	3	3	2.500	3.000				
PTG	1	1	3.500	4.000				
	2	2	115.000	130.000				
	3	3	3.500	4.000				

LSB	1	1	10.000	11.000
	2	2	20.000	25.000
	3	3	2.500	3.000
PTG	1	1	3.500	4.000
	2	2	115.000	130.000
	3	3	3.500	4.000
PRT	1	1	10.000	12.000
	2	2	20.000	25.000
	3	3	10.000	12.000
STB	1	1	3.500	4.000
	2	2	130.000	150.000
	3	3	4.000	5.000
STR	1	1	2.000	3.000
	2	2	50	80
	3	3	1000	2000
VCT	1	1	2.000	4.000
	2	2	1.000	1.500
	3	3	2.000	4.000
VIS	1	1	10.000	15.000
	2	2	800	1.000
	3	3	2.000	4.000
VRL	1	1	8.000	10.000
	2	2	100.000	120.000
	3	3	1.000	2.000
CPF	1	1	20.000	24.189
	2	2	20.000	24.189
	3	3	20.000	24.189

